

A SOCIEDADE GOIANA DE PECUÁRIA (1941-1980)

*Barsanufo Gomides Borges**

Resumo

A Sociedade Goiana de Pecuária (SGP), entidade de classe que nasceu no bojo da legislação sindical varguista, se enquadrou no formato corporativo do Estado Novo. Ajustada ao perfil das relações entre Estado e sociedade no Brasil do pós-30, tornou-se agência de colaboração com as autoridades governamentais na solução de problemas relacionados aos negócios do boi em Goiás. Como entidade representante dos interesses dos grandes proprietários de terra, a associação dos produtores rurais tornou-se um canal de acesso dessa classe às esferas de poder.

Palavras-chave: Associação; movimento; classe; rural.

A pecuária sempre foi a fonte geradora de riqueza, e nela teve base a fortuna particular nos sertões, a ponto de se formar uma verdadeira “aristocracia rural”. Foram sempre os negócios do gado o melhor meio de vida do sertanejo. Seja criador, invernista, boiadeiro ou negociante de gado, todos têm a sua parte nos proventos da pecuária. A não ser as crises periódicas e as epizootias, nada perturba a marcha triunfal dessa atividade. (ARTIAGA, 1942)

* Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da UFG.
E-mail: bborges@fchf.ufg.br

O texto da epígrafe expressa o papel histórico desempenhado pela pecuária na economia de Goiás. Até a década de 1960, a sociedade regional vivia praticamente do boi. A exportação do gado era responsável pela maior parte da renda gerada no setor agrário e da arrecadação fiscal do erário estadual. Chegou-se a discutir na historiografia a chamada “vocação pastoril” de Goiás, tendo em vista que o criatório bovino desde o início da coloniza o dividiu com a minera o o processo de ocupa o do espaço. E depois, com a escassez das jazidas, a pecuária substituiu a minera o como atividade econômica dominante, mantendo um certo nível de renda no campo. Segundo fonte oficial, havia duas vantagens econômicas na cria o do gado: a sua duplica o anual sem grandes trabalhos, e o fato de que o boi pode autoconduzir-se em dire o aos mercados e “vai buscar moeda para a Província”.¹

O isolamento geográfico e a falta de meios de transporte dificultavam o desenvolvimento de outras práticas mercantis nas terras de Goiás. O esgotamento das minas e a conseqüente escassez dos meios de pagamento agravaram ainda mais a situa o econômica. Em meio   crise geral, a atividade pecuária foi exce o. O setor cresceu de forma extensiva e manteve-se organizado como atividade mercantil, exportando regularmente gado de corte para o Nordeste e, mais tarde, para o Sudeste do país. O comércio do gado *vacum* era a garantia de renda e de uma certa capitaliza o no setor agrário.

O capital exigido para desenvolver a atividade pastoril extensiva era mínimo. Além do gado, havia pouco investimento no setor. As edifica es nas fazendas eram r sticas, e os métodos de produ o rotineiros. O Planalto Central era dotado de uma topografia, clima e vegeta o adequados ao criatório bovino (GOMES, 1969). A pastagem natural do cerrado favorecia o manejo do rebanho e reduzia os custos financeiros da atividade. Com extensas áreas de terras devolutas de fácil acesso e quase desabitadas pelo homem branco, Goiás oferecia boas condi es para o estabelecimento de grandes fazendas de cria o com o mínimo de mão-de-obra, o que atraía fazendeiros de outros estados, especialmente de Minas Gerais e São Paulo.

Na discussão da voca o pastoril de Goiás, Bertran (1978, p. 113), ao refutar tal tese, afirma que o predomínio da pecuária deveu-se   fatalidade a que o Estado foi forçado, mais pela míngua de popula o, de capital e de terras de cultura do que pelo seu caráter inato.

Realmente havia escassez de capital e de mão-de-obra, o que dificultava o desenvolvimento de outras atividades agrícolas em Goiás. Ademais, as condições agronômicas das áreas de cerrado não eram favoráveis ao desenvolvimento de culturas; o solo ácido e pobre em nutrientes era apropriado para a pecuária extensiva. Porém, admitir o predomínio da atividade pastoril na economia agrária goiana apenas como resultante da fatalidade natural e histórica é, no mínimo, desconhecer a lógica da organização da produção e as relações econômicas que a envolviam na divisão regional do trabalho desde o século XIX. Na realidade, o predomínio da pecuária não foi uma decorrência apenas de condições agronômicas ou econômicas e demográficas. Resultou, entre outros fatores, da forma pela qual a economia agrária goiana estava organizada e de suas relações com o mercado.

No período colonial, Goiás exportava gado de corte para alimentar o Nordeste açucareiro. No Império, a expansão do café no Oeste paulista, na segunda metade do século XIX, favoreceu as exportações de proteína animal para o Sudeste. Assim, desde o início de sua formação, a economia agrária goiana constituiu-se parte integrante do anel exterior da economia primário-exportadora, inserindo-se numa divisão do trabalho agrícola como produtora de gado de corte (BORGES, 2000).

A crescente dependência da produção agrária goiana, em relação a outros mercados, forjara um tipo de especialização no campo que privilegiou a produção de certos bens primários de menor custo e de maior demanda. Isto, mais que as condições naturais e econômicas, explica o predomínio da pecuária de corte em Goiás. Ou seja, o boi era a principal mercadoria que podia ser produzida e exportada para os mercados do Sudeste em condição de competir com a produção similar de outras regiões do país.

É verdade que não havia uma vocação pastoril em Goiás. Havia sim uma “cultura do boi” desenvolvida ao longo do tempo no Brasil Central, a qual foi historicamente construída com base nas condições geográficas do território e das relações comerciais estabelecidas com outros mercados. A pecuária de corte em Goiás, a partir do século XIX, passou a configurar-se como atividade complementar da economia de São Paulo.

No século XX, o rebanho de corte goiano cresceu e se aprimorou impulsionado pela expansão do mercado interno e externo da carne,

particularmente durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. A urbanização e o desenvolvimento industrial do Sudeste aumentaram a demanda interna de proteína animal, refletindo no crescimento da pecuária do Brasil Central. No início dos anos 40, o rebanho bovino goiano alcançava aproximadamente três milhões de cabeças e já exportava mais de 300 mil bois ao ano (IBGE, 1945). Em 1950, o rebanho estadual aproximava-se dos quatro milhões de cabeças e, em 1956, já ultrapassava os seis milhões, segundo os Anuários Estatísticos do Brasil, do IBGE. Os números indicam um rápido crescimento quantitativo da pecuária de corte, motivado pela expansão do mercado da carne. Nesse período, Goiás passou a ocupar a quinta posição na produção bovina nacional, atrás dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

No Sul e Sudoeste goiano estava o maior e melhor rebanho bovino do Estado, aproximadamente dois milhões de cabeças em 1950, conforme informações fornecidas, em 1955, pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. A produção dessas regiões era mais especializada e estava integrada ao mercado. A proximidade com o Triângulo Mineiro facilitava as exportações do gado de corte e a importação de matrizes e reprodutores de raça para o aprimoramento genético do rebanho regional.

Todavia, o principal mercado do gado produzido em Goiás estava no Estado de São Paulo. Barretos tornou-se pólo da indústria frigorífica do Sudeste a partir da Primeira Guerra Mundial, e a cidade se despontava como centro dos negócios do boi produzido no Brasil Central. A construção da ponte Mendonça Lima, no Rio Grande, em 1943, melhorou a interligação entre Goiás e o Estado de São Paulo, agilizando o transporte das boiadas por terra. Essa rota logo se transformou na principal via de exportação do gado de corte, facilitando a venda do boi diretamente aos frigoríficos de Barretos, sem a intermediação de comerciantes mineiros.

O rápido crescimento e a especialização da pecuária incrementaram os negócios e a capitalização no campo. Porém, vários problemas técnicos e financeiros envolveram o setor. Segundo as lideranças rurais, as constantes queda no preço do boi, as relações comerciais desiguais, a carência de meios de transporte e a falta de crédito ao produtor eram os principais problemas que afetavam a pecuária goiana. Na procura de solução para tais questões, fazendeiros e negociantes de gado come-

çaram a se organizar como classe. No início dos anos 40, os grandes produtores rurais do Estado se mobilizaram para a criação de um movimento associativo que foi denominado Sociedade Goiana de Pecuária (SGP). Filiada à Federação Pecuária do Brasil Central, a entidade de classe lançou a pedra fundamental do movimento ruralista em Goiás. A associação tornou-se a agência pioneira representante dos interesses agrários dominantes na esfera da sociedade civil, de modo a evidenciar sua afirmação como movimento de pressão junto à sociedade política.

O paradigma organizacional da SGP seria a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), entidades agrárias atuantes no Brasil desde a Primeira República. Da SNA, a SGP herdou a idéia do aparelhamento político da associação junto aos poderes constituídos, o princípio pedagógico da formação de opinião no seio da classe agrária dominante, a definição da entidade como órgão de consulta/prestação de serviço aos associados, além de sua progressiva afirmação como instrumento de pressão política junto aos poderes constituídos. Da SRB, a entidade de classe dos produtores rurais goianos herdou o princípio da defesa da pecuária como atividade principal ou exclusiva, ao invés de advogar as questões mais amplas que envolviam o setor agrário.

Na análise da formação da SRB nas primeiras décadas do século XX, Mendonça (1997a) afirma que, por certo, a presença, ao lado de membros do grande capital cafeeiro, de grandes empresas estrangeiras do setor de carnes servia para potencializar a importância do tema nos anos iniciais da associação. Tão significativa era a conjuntura comercial para esse ramo produtivo que se chegou a cogitar, no âmbito da diretoria da SRB, que constasse de seus estatutos sua dedicação exclusiva à pecuária, mas não aos problemas mais amplos da agricultura. Para a cúpula da entidade, deveria constar dos estatutos um artigo assim redigido: “A SRB, fundada e com sede na cidade de São Paulo, é uma grande agremiação de duração ilimitada, tendo por objetivo fomentar a indústria pecuária e correlativa” (*Revista da Sociedade Rural Brasileira*, 1931).

O movimento associativo dos pecuaristas goianos foi criado em meio a um clima político-ideológico marcado pelo nacionalismo e pela euforia modernizante que envolvia o país no início dos anos 40. O Estado corporativista incentivava a formação de sindicatos e associações patronais, inclusive de produtores rurais, visando, sobretudo, à inserção do setor agrário ao projeto desenvolvimentista em curso no Brasil. Nessa

perspectiva, a SGP surgiu como um estatuto criado pelas forças econômicas hegemônicas que compunham a base de sustentação política do novo poder constituído no Estado a partir de 1930.

Destarte, a criação da SGP deve ser entendida como reflexo das mudanças econômicas e políticas que estavam ocorrendo nacionalmente. O ideal modernizante-autoritário que permeava o discurso e as ações políticas do Governo Vargas repercutia e chegava ao campo, envolvendo os grandes produtores rurais do Brasil Central.

Não obstante a bandeira da modernização desfraldada pelos novos donos do poder, em Goiás apenas o setor da pecuária iniciou um processo de especialização e de desenvolvimento tecnológico. A agricultura permaneceu tradicional e pouco avançou em termos de aumento da produtividade até 1960. Boa parte da historiografia que aborda os anos 30 não percebe esse descompasso no processo de mudanças e confunde mito e realidade. O discurso modernizante do interventor Pedro Ludovico Teixeira – largamente veiculado na imprensa oficial – construiu uma visão mitificada acerca da Revolução de 1930, como se o movimento fosse um divisor de águas na vida econômica e política do Estado. Ao diagnosticar as estruturas da Primeira República como tradicionais e inadequadas, o novo regime se via na condição de criar uma outra ordem socioeconômica e política em Goiás. Responsável pela formação da memória desse período histórico, essa construção ideológica ficou distante da realidade concreta. Goiânia, por exemplo, tomada como símbolo maior da modernização no Oeste, permaneceu encravada em um mundo agrário e tradicional por várias décadas. Na verdade, a modernização das estruturas regionais não dependia apenas da vontade política do interventor, mas principalmente de investimentos de capitais. Porém, um Estado agrário e pobre como Goiás, com uma baixa arrecadação fiscal e um empresariado incipiente, teria de esperar até os anos de 1960 para conhecer o início de um processo de modernização da sua estrutura econômica.

Patrocinada pelo poder constituído, a criação da SGP teve ampla cobertura na imprensa. O *Correio Oficial*, veículo de comunicação do governo estadual, na sua edição de 18 de julho de 1941, destacara “a necessidade da criação de uma sociedade que viesse congregar, em todo Estado, os elementos pertencentes à classe dos que se dedicam à pecuária, nos vários ramos de atividade”. O *Correio da Manhã*, de 31

de julho de 1941, destacava a importância da entidade para os pecuaristas goianos.

A Sociedade Goiana de Pecuária pretende congrega todos os pecuaristas goianos, defendendo os interesses da classe, promovendo e patrocinando iniciativas, no objetivo de desenvolver e melhorar os rebanhos goianos. [...] Tendo, desde de já, o apoio dos pecuaristas e do governo estadual, a SGP articula-se também com o Ministério da Agricultura, de modo que realizarão, doravante, reunindo todos os esforços oficiais e particulares, com o que haverá maiores possibilidades de êxito completo e mais imediato.

As principais lideranças rurais das diversas regiões produtoras de gado se associaram ao movimento classista. A entidade nasceu com cerca de 30 mil sócios, muitos deles grandes pecuaristas e negociantes de gado. Pela composição dos associados da SGP, observa-se que a maioria dos empresários e profissionais liberais goianos era também formada por fazendeiros ou tinham alguma relação com negócio do gado. Ou seja, a maioria do empresariado goiano da época representava múltiplas *personas* no mundo dos negócios e investia capital em diversos setores da economia. Porém, percebe-se que os homens de negócio eram, antes de tudo, fazendeiros. O fundador da SGP e primeiro presidente da entidade, Altamiro de Moura Pacheco, era médico e pecuarista; o secretário-geral da associação, Joaquim Câmara Filho, era empresário de comunicação e fazendeiro. Assim, a maioria associada ao movimento ruralista estava, direta ou indiretamente, ligada a outros ramos de negócio, como comércio, banco, imprensa etc.

Na análise histórica do mundo rural brasileiro da Primeira República, Mendonça (1997a, p. 177-178) afirma que a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) constituiu-se em uma demonstração evidente da necessidade de estudos mais frequentes e adensados acerca da história dos processos de organização e reprodução da classe dominante no Brasil. As diversas modalidades de conversão do capital econômico em capital político e a importância da acumulação de capital cultural para a hegemonia de classe fazem do associativismo um objeto privilegiado para a análise da dinâmica de relacionamento entre os distintos segmentos de proprietários em geral.

Mendonça constata que, na qualidade de agência formalizadora da representação de interesses de setores agrários dominantes e em situação secundária na articulação do bloco no poder, a SNA configurase, para o período, em caso paradigmático, perante a sua condição de matriz de uma rede nacional de instituições congêneres. Seu estudo explicita aspectos fundamentais e pouco trabalhados quanto às demandas, práticas e conflitos, nem sempre revelados no processo político-partidário, tal como este tem sido analisado, configurando para a sua atuação um eixo alternativo de poder na Primeira República.

Esse referencial analítico corrobora na compreensão da atuação político-ideológica da SGP. Tal como a SNA, na Primeira República, que representava os interesses dos grandes produtores rurais do Sudeste do país, a SGP constituiu-se na principal agência representante dos interesses econômicos e ideológicos do setor agrário dominante em Goiás, e a entidade participava ativamente na articulação do bloco no poder estadual.

No que diz respeito à atuação ideológica da SGP, a agremiação seguiu os passos de suas congêneres nacionais. Os mecanismos recomendados como capazes de dinamizar e “regenerar” a pecuária se conformavam, via de regra, mediante a atribuição de qualificações negativas dos produtores arraigados aos rotineiros métodos produtivos, conferindo-se ao discurso modernizador um caráter perenemente domesticador e civilizador.

A idéia da criação de uma pecuária racional e progressista em Goiás, superadora do atraso e da baixa produtividade, estava na base do discurso e das ações da SGP. Todavia, a entidade mostrou-se conservadora ao defender o *status quo* agrário, resistindo às propostas de mudanças nas relações de produção e de propriedade no campo. Ou seja, as lideranças rurais se posicionaram contra qualquer proposta de mudanças na organização social da produção e na arcaica estrutura fundiária no Estado. Seguindo tendências das associações agrárias nacionais do período, o movimento associativo rural goiano primava-se pelo discurso em defesa da modernização técnica da produção, sem alterar a estrutura de propriedade da terra e as relações de trabalho no campo.

Na visão da classe dominante agrária, a modernização da pecuária passava necessariamente por investimentos nas novas tecnologias na formação de pastagens, na melhoria genética do rebanho mediante a importação de melhores raças, no controle de doenças do

gado e, principalmente, na criação de indústria frigorífica para a industrialização local do boi. Para tanto, reclamava o apoio financeiro e os incentivos fiscais dos governos estadual e federal.

O estatuto da SGP apresentado no ato de sua criação foi como um libelo na defesa da inovação econômica e tecnológica na produção pecuária. Propunha uma revolução no setor agrário. Previa-se a organização de cooperativas de crédito e produção no Estado; a assistência técnica aos criadores de gado, de modo a racionalizar os métodos produtivos do setor; a colocação de médicos veterinários à disposição dos fazendeiros associados para cuidar da saúde do rebanho; a organização de congressos e de exposições regionais e nacionais de animais, para incrementar os negócios no setor; o intercâmbio de raças bovinas, no intuito de melhorar a qualidade genética do rebanho; e, principalmente, a criação da indústria da carne no Estado. Para o presidente da SGP, Altamiro de Moura Pacheco, as criações do Banco Agropecuário do Estado e da Empresa Frigorífica de Goiás S.A. seriam as principais metas da entidade que contava “em seu seio com os mais abastados fazendeiros do Estado”, segundo informava o *Correio Oficial*, na sua edição de 21 de julho de 1943.

Essa estratégia econômica “progressista” do movimento associativo identificava-se com os anseios gerais dos grandes pecuaristas e difundia para a classe um suporte institucional e ideológico unificador de interesses. Para as lideranças rurais da época, “a Sociedade Goiana de Pecuária, que tomou aos ombros o destino da sua classe, levará, muito cedo, ao mais completo êxito, para a grandeza e satisfação do Estado de Goiás e do Brasil” (ARTIAGA, 1944, p. 5).

Esse discurso que permeava a atuação da associação referia-se à apropriação que seus agentes faziam do processo de crescimento da produção agrária mercantil, percebido, até então, na sua maioria, como atrasado e caótico. Procurava-se traduzir um processo real de transformações que implicava a redefinição das formas de inserção da produção agrária regional ao mercado. Para tanto, a SGP constituiu-se na primeira agência de negociação com o governo, para incrementar o desenvolvimento da produção pecuária. A meta era pressionar as autoridades federais, estaduais e municipais, no intuito de solucionar os problemas que, direta ou indiretamente, afetavam o setor agrário regional. Pleitea-

vam-se, junto aos governos, medidas fiscais e financeiras no sentido de garantir aos produtores o “justo valor do rebanho goiano”.

Tal proposta estava em consonância com a política econômica e social do Estado Novo. A burocracia estatal via nas associações patronais oficiais um canal de intervenção na produção de bens primários, visando, sobretudo, reduzir os custos de reprodução da força de trabalho na industrial. O Governo Vargas havia estabelecido como meta a promoção de oferta regular de alimentos a preço baixo no mercado urbano, como forma de auferir dividendos políticos no meio operário. Em contrapartida, os pecuaristas reivindicavam apoio financeiro e incentivo fiscal à produção, bem como a intervenção do governo nos negócios do boi para evitar abusos de “trustes estrangeiros”, que controlavam o comércio da carne no Sudeste, de modo a evitar assim uma maior descapitalização do campo.

Perseguindo a meta da modernização técnica da produção pecuária e a sua maior inserção ao mercado, a SGP, com a colaboração do governo estadual e do Ministério da Agricultura, promoveu exposições de animais e congressos pecuários. Em 1945, realizou-se, em Goiânia, o III Congresso Pecuário do Brasil Central. O evento tratou, especialmente, de questões relacionadas ao melhoramento da produção e da divulgação do “grau de aperfeiçoamento da indústria animal nas diversas zonas que constituem o oeste brasileiro”, segundo o jornal *O Social*, de 17 de maio de 1945. Discutiram a padronização do tipo de gado de corte apropriado para a região, a nacionalização da indústria da carne e a situação do mercado interno dos produtos bovinos.

Nas palavras da comissão organizadora do evento, ainda conforme o jornal *O Social*,

o III Congresso Pecuário tratará de assuntos de interesse geral atinentes ao aumento da produção de gado para corte, à exploração de leite na criação de gado [...], à atividade pastoril exercida pelas empresas frigoríficas, ao financiamento de construções rurais e máquinas agrícolas, à produção de charque no Brasil Central e sua situação nos mercados internos, às cooperativas de produtos pecuários para industrialização e distribuição dos produtos de origem animal, além de outros estudos de suma importância para o progresso total da indústria agropecuária em nosso meio.

O presidente do Conselho Administrativo do III Congresso Pecuário, Galeno Paranhos, enviou um telegrama ao governo federal expondo as demandas do setor:

Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas [...], nós fazendeiros do Brasil Central, hoje reunidos na sede da Sociedade Goiana de Pecuária, a fim de ouvir o relatório da comissão enviado pelo III Congresso Pecuário a esse capital, no intuito de solicitar de seu patriótico governo providências para o amparo da classe ante a política monetária de combate à inflação de crédito, no sentido de valorização do cruzeiro, pedimos vênua para encarecer a V. Exa. a urgente necessidade de concessão de crédito a longo prazo, a preços módicos, com garantia real, único meio de se evitarem graves e irrecuperáveis prejuízos pairando sobre os destinos de uma das principais fontes da economia nacional [...]. (*O Social*, 9/8/1945)

Os pecuaristas exigiam ainda do governo a prorrogação por dez anos, a juros de 5%, os contratos de financiamento da produção efetuados junto ao Banco do Brasil pelos produtores rurais (*O Social*, 1/11/1945).

As reivindicações das lideranças rurais repercutiram no Congresso Nacional. Em discurso na Assembléia Constituinte de 1946, o deputado federal da UDN, Jalles Machado, se dirigiu ao Presidente da República exigindo solução para a “grave crise financeira da pecuária do Brasil Central”. O parlamentar procurou diagnosticar as causas do problema econômico e financeiro do setor. Segundo ele,

o excesso dos meios de pagamento veio, logicamente, repercutir nas caixas dos bancos que passaram a forçar empréstimos. Pessoas antes privadas do crédito pessoal ou real passaram a manobrar importâncias consideráveis. Verdadeira corrida à caça de mercadorias negociáveis se estabeleceu por todo nosso *hinterland*. Na falta destas, vieram então a proliferar os negócios artificiais e assim nasceu esse castelo no ar: “a especulação do zebu” [...]. Tão artificial era essa situação que a retração de crédito, ensaiada pela Superintendência da Moeda e Crédito, foi bastante para lançar a pecuária do Brasil Central na pavorosa crise econômica em que ora se debate, ameaçando levar à ruína uma das classes mais laboriosas e patrióticas, tal a dos criadores

e invernistas, envolvidos por essa avalanche desgovernada de negócios fictícios com repercussão fatal e desastrosa sobre a economia nacional. (apud FERNANDES e AQUINO, 2001, p. 192)

Jalles Machado culpava a política econômica do Governo Vargas pela crise na pecuária brasileira. A retração do crédito e o baixo consumo da carne eram vistos como responsáveis pelo caos econômico no setor.

Se o amparo não chegar a tempo, assistiremos ao espetáculo doloroso, deprimente e revoltante de ver propriedades e riquezas que tanto custaram aos seus legítimos donos, passarem às mãos dos tubarões, daqueles felizardos do câmbio negro e das negociatas que vivem a tripudiar sobre o sofrimento do povo, de que foi tão prolífero o Estado Novo. (apud FERNANDES e AQUINO, 2001, p. 192)

Na realidade, o setor agrário estava subordinado ao mercado urbano e ao capital comercial, e isto agravava as crises cíclicas da pecuária de corte provocadas pela falta de crédito e pelas constantes flutuações no preço do boi. Segundo o jornal *O Popular*, de 15/16 de novembro de 1958, os créditos bancários se encontravam amarrados a certas padronizações que se tornavam difíceis para a grande maioria dos produtores rurais. Faltava às agências do Banco do Brasil autonomia financeira e praticamente não havia “carteira agrícola” organizada no Estado de Goiás.

No início dos anos 60, o presidente da SGP, Carlos Machado de Araújo, se manifestava a respeito da crise financeira no setor:

As nossas exportações quase que se anularam, diante da restrição de crédito, ou talvez de surto de desconfiança de que foi tomado o povo brasileiro. A situação atual é de dificuldades para os fazendeiros goianos, com reflexos marcantes na exportação do gado. Temos cerca de cento e cinquenta mil bois estocados nas invernadas e não temos compradores. (*Quarto Poder*, 16/6/1963)

Não obstante os reais problemas econômicos e financeiros enfrentados pela pecuária havia – e anda há – muita falcaturia em relação aos financiamentos públicos do setor. Historicamente os grandes fazendeiros não têm cumprido os compromissos financeiros assumidos

junto aos bancos oficiais, e a bancada ruralista, sempre atuante no Parlamento, tem dado respaldo aos calotes milionários dos produtores rurais. Um exemplo disso ocorreu no final dos anos 50, quando o senador Vitorino Freire apresentou ao Congresso Nacional um projeto de lei que propunha a renegociação e o alongamento do prazo da dívida dos pecuaristas junto ao Banco do Brasil, débitos que vinham se arrastando há anos, desde o Estado Novo (*O Popular*, 25/1/1958).

Além dos problemas estruturais que afetavam a pecuária nacional, na opinião das lideranças rurais, a atividade pastoril em Goiás enfrentava também entraves de natureza regional, principalmente no que diz respeito às perdas na comercialização do gado em pé. A venda do boi aos frigoríficos do Sudeste estava sujeita a uma estrutura de mercado “cartelizada” que impunha preço e rebaixava a cotação do produto. As poucas indústrias da carne, localizadas em São Paulo, monopolizavam a compra do gado de corte produzido no Brasil Central. Esse mercado oligopsônio impedia que os eventuais aumentos de preço da carne para o consumidor chegassem ao produtor, dificultando a capitalização do setor agrário.

Segundo Artiaga (1944, p. 5),

cansados de contribuir inutilmente para a economia estrangeira, os boiadeiros, criadores e invernistas de Goiás resolveram entrar em forma para a cooperação, afastando as sangrias dolorosas na economia coletiva e particular, com os golpes desferidos em Barretos por imperativos de negócios que só interessam aos grandes capitalistas.

Para o senador Domingos Velasco, os frigoríficos de Barretos funcionavam como “verdadeiros imperialistas colonizadores” e, por isso, ele apelava ao governo federal para a criação da indústria da carne no Brasil Central, a fim quebrar o monopólio dos paulistas no comércio do boi produzido na região (*O Social*, 13/3/1951).

A SGP estimava que a pecuária goiana sofrera perdas de aproximadamente 65 milhões de cruzeiros em 1940. No ano de 1943, quando Goiás exportou mais de 330 mil bovinos, o setor experimentava prejuízos ainda maiores, superiores a 70 milhões (*Correio Oficial*, 16/3/1944). Na opinião de representante da classe produtora, na época da criação da entidade,

a Sociedade Goiana de Pecuária poderá ser realmente útil à economia do Estado, de um lado, orientando tecnicamente os criadores, racionalizando seus métodos de trabalho, promovendo a introdução de bons produtores, realizando a defesa sanitária dos rebanhos, [...] além de prestar-lhes assistência financeira, encaminhando-lhes negócios rendosos, enfrentando os frigoríficos que impõem ditatorialmente os preços do gado. (*Correio Oficial*, 24/6/1941)

Para os pecuaristas e seus representantes, a solução dos problemas da pecuária passaria necessariamente pela implantação da indústria frigorífica em Goiás. Estimava-se que, na comercialização e no transporte do gado por terra, a pecuária de corte perdia entre 30 e 40% de seu real valor. Além disso, perdiam-se renda e arrecadação fiscal na venda do boi em pé. O valor agregado à produção da carne industrializada era apropriado por outras economias regionais, principalmente a de São Paulo. Assim, na opinião da classe dominante, a solução dos problemas da pecuária passava pela industrialização local do boi. Do contrário, o capital “estrangeiro”, que controlava o comércio e a industrialização da carne, continuaria acumulando a maior parte do excedente econômico produzido na pecuária goiana.

Transportado por terra, o gado chegava aos mercados do Sudeste em “pele e osso” e ainda estava sujeito a várias doenças.

Ao fim da labuta, após o percurso de 200, 300 léguas chega o boiadeiro ao sul de Minas, a Barretos, à zona intermediária de engorda, onde se efetiva as transações das boiadas magras, cansadas, estafadas “aguadas”, de uma viagem feita entre a sede e a fome. (*Correio Oficial*, 24/6/1941)

Essa prática no transporte do gado resultava em outro problema: o boi teria de permanecer “invernado” entre seis e oito meses, em média, para recuperar o peso e chegar ao ponto de abate. O resultado era o aumento dos custos de produção do produto e a desvalorização do novilho produzido em Goiás. Ao ser abatido nos frigoríficos do Sudeste, o boi goiano custava mais que os similares produzidos em Minas Gerais e São Paulo e, com uma agravante, poderia ultrapassar a idade ideal para a boa qualidade da carne.

Na defesa da criação da indústria da carne, Artiaga (1944, p. 5) argumentava que

fora de Goiânia, qualquer localização de frigorífico não nos interessa, porque temos o direito de possuir, aqui, estabelecimentos destinados à industrialização dos produtos pecuários, aproveitando a capacidade industrial e o sistema de transporte de que esta capital é ponto de convergência, com o escoamento que está garantido com a próxima inauguração da estação ferroviária.

As lideranças rurais reivindicavam a intervenção do governo para acelerar a implantação de indústria frigorífica em Goiás, como forma de reduzir as perdas na produção e de favorecer o crescimento econômico do Estado. No início da década de 1940, o Conselho Técnico de Economia e Finanças, órgão de planejamento econômico estadual, propunha ao Governo Federal a instalação em território goiano do Grande Frigorífico Nacional do Brasil Central.² O projeto estatal da indústria frigorífica visava favorecer o abastecimento interno e o controle da produção de carne na região. Produtores e políticos locais empenharam-se junto às autoridades federais para que essa indústria fosse implantada em Goiás. Argumentava-se que o Estado tinha na pecuária a sua principal atividade econômica e se localizava na zona central do país, próximo a outros centros produtores de gado, como Mato Grosso e o Triângulo Mineiro. Esperava-se que Goiânia fosse a sede da indústria da carne no Oeste brasileiro. Todavia, a queda do Estado Novo, em 1945, e a reorientação liberal da política econômica brasileira no Governo Dutra inviabilizaram a proposta de criação do monopólio estatal da carne no Brasil Central.

Apesar da luta dos produtores na defesa da industrialização local do boi, Goiás ainda não dispunha de infra-estrutura apropriada para o desenvolvimento de uma moderna indústria frigorífica. Faltava principalmente um meio de transporte adequado para o escoamento da carne para outros mercados. Na época, o transporte disponível e de menor custo seriam os trens da Estrada de Ferro Goiás. Porém, a ferrovia em plena decadência não dispunha de vagões-frigoríficos para o transporte do produto. Somente no programa de reaparelhamento da linha, elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, em 1956, é que se previa a

aquisição de 33 unidades frigoríficas (*Revista Ferroviária*, 1957, p. 67). Destarte, pecuaristas e negociantes de gado teriam de esperar mais alguns anos pela indústria da carne em Goiás. As primeiras unidades frigoríficas modernas começaram a ser instaladas no Estado somente no final dos anos de 50.

A SGP e o poder

A atuação político-ideológica da SGP, como entidade representante dos grandes produtores rurais, teve duas fases distintas. A primeira vai de sua criação, em 1941, até o final do Estado Novo, em 1945. Nesse período, o movimento associativo agrário goiano desenvolveu-se na esteira da legislação sindical autoritária e se enquadrou no formato corporativo do Governo Vargas. Nessa fase, a SGP tornou-se um canal de negociação e de participação da classe dominante nas esferas de poder.

Segundo o *Correio Oficial*, de Goiânia, de 8 de agosto de 1942,

a Sociedade não é apenas um órgão de defesa de classe, por suas altas finalidades, dentre em pouco ela será um dos poderosos auxiliares da própria administração estadual. Haja vista, por exemplo, ao apoio incondicional que a entidade prestou à inauguração de Goiânia, animando e orientando os fazendeiros na organização da I Exposição Pecuária do Estado. Como se vê, a SGP é um órgão que reflete o pensamento dos pecuaristas goianos e se organizou com a superior intenção de auxiliar o Estado.

No Estado Novo, a influência dos grupos privados no poder se faria, principalmente, pelos canais de acesso às instâncias decisórias, representadas por diferentes órgãos situados nos escalões intermediários da burocracia estatal. A nova forma de participação dos segmentos sociais no Estado, caracterizado pela representação direta dos setores empresariais em órgãos integrantes do aparelho estatal, abriria aos grupos interessados oportunidades de negociação e articulação de alianças, envolvendo empresários, técnicos e funcionários governamentais (DINIZ, 1983).

Na análise da estrutura sindical brasileira, Diniz (1983) afirma que, enquanto os órgãos de classe do empresariado industrial se adaptaram prontamente à estrutura corporativa instituída pela legislação sindical varguista, as associações dos proprietários rurais se mantiveram recalcitrantes, alheias ao novo sistema implantado no país. Uma das mais poderosas associações, a SRB, controlada pela burguesia agrária paulista, manter-se-ia em constante conflito com as autoridades governamentais em consequência da perda do controle sobre as decisões relativas à política do café.

Certamente essa não era a real situação do movimento associativo agrário em Goiás. Pelo contrário, a SGP nasceu nas entranhas do poder autoritário e assim permaneceu até a queda do Governo Vargas. Vários fatores podem corroborar na explicação dessa posição política da SGP na sua relação com o Estado. Primeiro, a entidade nasceu em pleno regime ditatorial e dependia dos favores de governos para defender as demandas do setor agrário. Na comparação com a poderosa SRB, faltavam à agremiação dos produtores rurais goianos a autonomia e independência financeira que marcaram a existência da SRB. Segundo, a aproximação da SGP aos poderes constituídos visava, sobretudo, ao acesso a privilégios fiscais e financeiros do Estado, para implementar a modernização da produção. As lideranças rurais reconheciam que uma economia agrária ainda em construção, como a goiana, dependia do poder público para se modernizar e ampliar sua inserção ao mercado. Como foi mencionado, em Goiás faltavam vias de transportes eficientes para escoar a produção, bancos de crédito para financiar o setor e frigoríficos para a industrialização local do boi. Ademais, na aproximação com os governos, a agência dos produtores rurais representava um canal de participação da classe dominante nas instâncias decisórias do poder.

Em termo organizacional, a SGP se aproximava mais da SNA, não obstante essa entidade defendesse uma maior diversificação da economia agrária nacional. A SNA buscava, junto aos poderes constituídos, os interesses mais amplos dos produtores rurais do país. A sua estreita relação com o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio assegurava não só a conquista de muitas de suas causas, como também o capital político capaz de respaldar novas alianças, favorecendo, justamente, que dela se aproximassem quase todas as demais entidades de classe de produtores rurais existentes no país, sobretudo os membros de sua

tradicional rival, a SRB, que a ela passaria a enviar seus porta-vozes, demandas e, é claro, novos associados (MENDONÇA, 1997b).

O Ministério da Agricultura representava a imbricação de grupos institucionalizados, cujas demandas esse organismo de Estado procurou organizar e atender ao longo do período, transformando-se em *locus* privilegiado da neutralização dos conflitos entre as frações da classe dominante agrária no pós-30. Observa-se que os grandes proprietários de terra e o empresariado rural utilizaram, na sua permanente inter-relação com o poder, o Ministério da Agricultura como agência pública para o aparelhamento de suas entidades junto à sociedade política (MENDONÇA, 1997b).

Segundo os princípios doutrinários do corporativismo, o Estado, quando não se comportava como agente econômico direto, deveria dirigir, mediante as organizações de classes, a mobilização de capitais para as regiões atrasadas e para os setores produtivos que urgia desenvolver. Em relação ao incremento da produção rural, a Carteira de Crédito Agrícola sustentaria o esforço empresarial, canalizando-lhe recurso financeiro e incorporando politicamente a classe patronal (VIANNA, 1976). Em contrapartida, os empresários utilizavam-se de suas entidades de classe, legalmente constituídas, como canais de acesso às instâncias decisórias do governo, para negociar e pressionar a burocracia estatal por mais concessões, principalmente fiscais e financeiras.

Destarte, o movimento associativo rural desenvolvido em Goiás, nessa primeira fase, enquadrou-se perfeitamente no sistema corporativo estatal. A SGP constituiu-se na principal agência de negociação dos produtores rurais com a burocracia estatal. O estatuto da entidade foi elaborado com base nos princípios do Estado intervencionista. Esperava-se do poder público apoio financeiro à produção e industrialização do boi, criação de infra-estrutura viária, incentivo à formação do mercado interno para os produtos agropecuários e mediação nas transações comerciais inter-regionais. Ou seja, reivindicava-se dos governos ações econômicas e políticas, no sentido de acelerar a modernização e integração capitalista da produção agrária.

Em outras palavras, fazendeiros e negociantes de gado, amparados em órgãos representativos da classe, procuravam, na relação com o Estado, favores financeiros que assegurassem a continuidade da acumulação privada, inclusive nos períodos de crise da pecuária. Ou

seja, defendia-se não só a apropriação privada da renda, mas também que, nas fases de retração da atividade provocadas pela queda no preço do boi, os prejuízos nos negócios fossem divididos com a sociedade. Esperava-se do Estado a criação de instrumentos fiscais e financeiros que socializassem os prejuízos da pecuária com os demais setores no momento de retração dos negócios. Certamente essa era a lógica da adesão da SGP ao projeto de desenvolvimento econômico implementado no país no Governo Vargas.

A segunda fase do movimento ruralista inicia-se no Governo Dutra, quando as relações entre Estado e sociedade civil foram redefinidas segundo os preceitos liberais. A partir daí, observa-se um maior avanço na “politização” da economia agrária. O movimento associativo rural brasileiro, inclusive em Goiás, tende assumir posições políticas radicais contrárias à política econômica do governo federal. O Estado havia decidido pelo apoio irrestrito à indústria de substituição de importações, adotando até mesmo uma política de confisco de parte da renda produzida no setor agrário, levando assim as associações rurais a assumir posições antiindustrialistas.

O afrouxamento do corporativismo estatal, depois de 1945, levou a SGP a redefinir sua posição política como entidade de classe na relação com a sociedade política. As mudanças na relação entre Estado e classe patronal haviam reduzido, para o produtor, os canais de negociações com a burocracia estatal. Seguindo suas congêneres nacionais, a SGP assumiu posições mais críticas em relação à política econômica do governo central, a qual era vista como instrumento de transferência de renda e forças produtivas para o setor urbano-industrial. Porém, nas articulações políticas regionais, a entidade de classe dos produtores rurais continuou atuando de forma decisiva na formação do bloco no poder.

Nesse período, a SNA caminhava a passos largos para transformar-se, de fato, na grande entidade com capacidade organizativa, em âmbito nacional, da classe dominante agrária brasileira. Projeto nesse sentido consubstanciou-se no Decreto-Lei nº 7.499, de 9 de abril de 1945, logo depois modificado, instituindo a Confederação Rural Brasileira (MENDONÇA, 1997b). Essa entidade foi o maior produto político da SNA, em termos de organização da classe dos produtores rurais no Brasil. Na nova engenharia institucional do movimento associativo agrário, toda arquitetura assentava-se fora do âmbito da estrutura sindical oficial, a

qual ficava limitada, de fato, ao âmbito das forças sociais em cena no espaço urbano-industrial (*A Lavoura*, 1945, p. 12).

A lei federal de 1945 mudava, assim, o formato das associações agrárias e subordinava as federações estaduais à Confederação Rural Brasileira. A partir daí, o movimento associativo agrário se fortalece como entidade política independente do Estado, e as manifestações ruralistas aumentaram significativamente no país. Em 1955, o número de associados em todo Brasil havia crescido em 25%, relativamente ao ano anterior, e em 1961 o acréscimo foi de 28%, segundo o *Anuário Estatístico do Brasil*, do IBGE.

O movimento associativo rural que se desenvolveu nesse período tinha uma direção política orientada predominantemente para o controle do Estado, isto é, para o domínio do instrumento público fundamental do desenvolvimentismo. O engajamento dos ruralistas nas corporações que assumiram posições reacionárias colaborou, inclusive, nas mudanças do regime político em 1964 e foi diretamente inspirado na intenção de alterar a composição política do Estado, de modo a influenciar nas suas diretrizes econômicas (MARTINS, 1975, p. 69). O crescimento e o fortalecimento das entidades representativas dos produtores rurais são vistos como decorrência do aumento da inflação e da deterioração das relações de troca entre campo e cidade, as quais penalizavam o setor agrário. Isso mostra que a expansão do associativismo rural evidenciava a adesão não só a uma organização formal, mas, acima de tudo, a um movimento social cujos objetivos tinham conotações políticas.

Em última análise, as associações de classe dos produtores rurais influíram não só no destino da agropecuária, como também da política brasileira, ora como canal de acesso da classe dominante às esferas do poder, ora como agência representante dos interesses agrários da sociedade civil, afirmando-se como movimento de pressão junto à sociedade política. Em Goiás, a SGP iniciou o movimento ruralista, e suas ações modernizaram a produção pecuária e implementaram o desenvolvimento tecnológico no campo. Porém, a entidade assumiu posições conservadoras no que diz respeito à manutenção e reprodução da arcaica estrutura fundiária no Estado, sustentando uma histórica luta contra a reforma agrária. Nos anos 80, com o recrudescimento dos conflitos fundiários, uma facção do movimento associativo agrário, representando os grandes proprietários de terra, radicalizou-se com a

criação da União Democrática Ruralista (UDR). A organização ultra-conservadora assumiu o discurso e as ações contra os movimentos sociais no campo que lutam pela reforma agrária. O Estado de Goiás foi, assim, o epicentro de um movimento extremista que estendeu raízes no tradicional mundo rural brasileiro.

THE SOCIEDADE GOIANA DE PECUÁRIA (1941-1980)

Abstract

This article seeks to investigate the goiana agrarian society; more specifically that of the bigger cattle for slaughter farmers of the State of Goiás. This preeminent section of the regional agrarian economy was legalized in 1940, with the organization of the *Sociedade Goiana de Pecuaria* (SGP), which was born inside of the Vargas unions legislation and was framed in the corporate format of the Estado Novo (New State). Adjusted to the profile of the relationship between State and society in the Brazil after 1930, it (SGP) becomes a collaboration agency with the government authorities in the solutions of problems related to the cattle businesses in Goiás. As a representative group of the great farmers' interest, the association of rural producer's become an access channel of that social class to the power.

Key words: Association, cattle, farmer class, agrarian.

Notas

1. Relatório do Presidente da Província de Goiás José Rodrigues Jardim apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 1º de junho de 1834.
2. Goiás. Relatório apresentado ao Presidente Getúlio Vargas pelo Interventor Federal no Estado, Pedro Ludovico Teixeira, 1940-1942, p. 20.

Referências

- A LAVOURA, Rio de Janeiro, out./dez. 1945
- ARTIAGA, Zoroastro. Economia goiana. *Correio Oficial*, Goiânia, 9 jul. 1942.
- _____. A economia rural. *Revista Oeste*, Goiânia, jan. 1944.
- BERTRAN, Paulo. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.

- BORGES, Barsanufu Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional (1930-1960)*. Goiânia: Editora da UFG, 2000.
- CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 31 jul. 1941.
- CORREIO OFICIAL, Goiânia, 1941, 1942, 1943, 1944.
- DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder relações de classes. In. FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. v. III. São Paulo: Difel, 1983.
- FERNANDES, C. L.; AQUINO, R. L. *Jalles Machado: utopia e modernidade*. Goiânia: UEG, 2001.
- GOMES, Horieste. *Geografia sócio-econômica de Goiás*. Goiânia: Livraria Brasil Central, 1969.
- IBGE. Departamento Estadual de Estatística. *Boletim Estatístico*, Goiânia, n. 16, nov. 1945.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MENDONÇA, Sonia Regina. *O ruralismo brasileiro (1888-1930)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Estado e classe dominante agrária do Brasil pós-30 (1930-1945)*. Relatório Final de Pesquisa, CNPq, 1997b.
- REVISTA FERROVIÁRIA, Rio de Janeiro, 1957.
- O POPULAR, Goiânia, 1958.
- O SOCIAL, Goiânia, 1945, 1951.
- QUARTO PODER, Goiânia, 1963.
- REVISTA DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA. São Paulo, 1931.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.